

Dívida

A verdade sobre o apelo aos credores

29 MAR 1987

Nossos governantes têm o vezo de transformar as derrotas em vitórias. Foi o que fizeram com o acordo firmado a 21 de janeiro com o Clube de Paris, pelo qual o governo brasileiro aquiesceu ao monitoramento do Fundo Monetário Internacional. O mesmo acontece agora com o pretendido acordo assinado com os bancos credores estrangeiros. Ao contrário do que se informou, as conversações do presidente do Banco Central, sr. Francisco Góis, com o comitê de assessoramento dos bancos credores não resultaram no assentimento desse ao pedido feito por nosso governo: a verdade é que, num clima de grande frieza, o comitê se limitou a comunicar aos bancos, sem aprovar o pedido brasileiro de prorrogação, por mais sessenta dias, das linhas de crédito de curto prazo, que haviam sido asseguradas somente até a data de 31 de março corrente.

É isto que se depreende da leitura atenta do texto que o comitê enviou por telex aos bancos credores. Trata-se da primeira vez, aliás, desde o início das conversações de nosso

governo com o comitê, que um pedido do Brasil é simplesmente transmitido aos bancos sem obter nenhuma aprovação ou recomendação do comitê. Deste modo, o comitê deixou inteiramente a critério da diretoria dos bancos a renovação ou a suspensão das linhas de crédito em favor do Brasil, que expiram no próximo dia 31.

Os representantes dos 15 bancos que compõem o comitê de assessoria certamente não se esqueceram de que o ministro Dilson Funaro havia posto em dúvida sua representatividade ao queixar-se de que havia excessivo número de bancos norte-americanos entre os bancos credores. Compreende-se que, ante a dúvida suscitada, não exerçam eles nenhuma influência em favor do Brasil. Mais do que isso, antes de transmitir o pedido do País, começam reprovando a conduta de nossos governantes e manifestando suas "grandes preocupações com as medidas unilaterais" tomadas pelo governo brasileiro. Com esse preâmbulo, os membros do comitê decerto não con-

correm para que seja dispensada boa acolhida ao pedido do Brasil.

Não sem alguma impiedade, o comitê informa que "o governo brasileiro espera (grifo nosso) apresentar em breve seu programa econômico". O comitê faz saber também que, segundo o presidente do Banco Central, o governo brasileiro não tencionava fazer o menor gesto de boa vontade, ou, por outra, se recusou a ouvir o conselho de alguns banqueiros no sentido de que efetuasse um pagamento simbólico dos juros devidos sobre os empréstimos de médio e longo prazos.

A fim de levar os credores a dar ouvidos a seu apelo, o Brasil teve de convir em que os bancos, embora prorrogando o acordo, não renunciavam a qualquer direito (ou obrigação). Com base nesta concessão é que o comitê deu desfecho favorável ao pedido, reiterando seu propósito de "manter um relacionamento positivo de cooperação com o Brasil e continuar a reunir-se com representantes do governo brasileiro nas bases atuais".

Em termos práticos, sabe-se que não há nada de seguro quanto à prorrogação solicitada para além de 31 de corrente. Contatos mantidos com banqueiros estrangeiros indicam que haverá algumas desistências entre os bancos pequenos (da ordem de 600 a 800 milhões de dólares, ao que se diz). Os bancos maiores parecem propensos a sustentar as linhas de crédito, sem todavia conceder nenhum prazo (nem mesmo o de 60 dias), ou melhor, estipulando o prazo dessas linhas de crédito após o fechamento de cada operação. Com isso, que representaria uma manifestação de desconfiança para com nosso país, o Brasil ficaria em situação bastante incômoda.

Ao mesmo tempo em que se joga este braço-de-ferro, não se deve esquecer de que enquanto nosso governo não se mostrar disposto a dialogar, não demonstrar boa vontade, ao menos simbólica, e, sobretudo, não traçar um programa econômico coerente e consistente, a Nação estará fadada a viver sob a pressão dos credores estrangeiros.